



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIM
GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº **180**/2020 - GAB/PMA, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

PUBLICADO EM: 05/03/2021
Dayse Anne Sousa Costa

PRORROGA O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, INSERE E ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 170/2021/GAB/PMA, QUE DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

A Excelentíssima Senhora **MARIA LUCIDALVA BEZERRA DE CARVALHO**, Prefeita Municipal de Almeirim (PA), usando as atribuições que lhe são conferidas pelos Incisos V e XXII, do Art. 89, da Lei Orgânica Municipal e o que dispõe o Decreto Nº 800, do Governo do Estado do Pará, altera o Decreto Municipal nº. 170/2021/GAB/PMA, de 18/02/2021, que passa a vigorar da seguinte forma consolidada:

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública, em vigor por força da ADI 6.625/DF;

CONSIDERANDO que os Centros de Saúde de Alta Complexidade em todo o Estado do Pará (PA) estão lotados e em estado de colapso; por fim,

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Almeirim (PA).

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica alterado o Decreto Municipal nº. 170/2021/GAB/PMA, mantendo-se o **ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA**, decretado anteriormente em todo o território municipal de Almeirim (PA), prorrogando-o pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 05/03/2021, para fins de prevenção e medidas de combate à pandemia.

Art. 2º - No âmbito do Poder Executivo Municipal, o atendimento presencial ao público em todos os órgãos da Administração Pública Municipal será realizada por via de agendamento, exceto, nas Unidades de Atenção à Saúde, de Vigilância Sanitária, Assistência Social e sobreaviso para serviços essenciais.

Art. 3º - As medidas restritivas de direito a serem adotadas pelo município como forma de controle sanitário e epidemiológico de enfrentamento da COVID-19 devem respeitar os seguintes princípios:

Dayse Anne Sousa Costa



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIM
GABINETE DA PREFEITA

- I - preservação da vida e promoção da saúde pública e da dignidade da pessoa humana;
- II - proteção dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, com a promoção do desenvolvimento econômico e social;
- III - proporcionalidade e razoabilidade;
- IV - gestão democrática da crise por meio da participação de entidades representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de enfrentamento da pandemia;
- V - transparência e publicidade das informações e dados a respeito da pandemia no Município;

Art. 4º - Como instrumento de controle sanitário e epidemiológico de enfrentamento da COVID-19, o Município de Almeirim adere aos protocolos sanitários e as medidas segmentadas e permanentes previstas nos Decretos Estaduais, e demais normas dos órgãos superiores da área da saúde.

§ 1º - Preenchidos os requisitos dessas normas e suas alterações posteriores, o Município de Almeirim poderá adotar plano estruturado de prevenção e enfrentamento da pademia da COVID-19, estabelecendo medidas segmentadas específicas, com vistas a atender as peculiaridades locais.

§ 2º - Fica a Secretaria Executiva de Saúde (SESPA) autorizada a editar atos normativos complementares aos protocolos sanitários de que trata este decreto.

§ 3º - Fica a Comissão de Enfretamento da COVID-19 (CEC-19) autorizada a editar atos normativos complementares aos protocolos sanitários de que trata este decreto.

Art. 5º - Os protocolos sanitários serão disponibilizados na rede mundial de computadores no sítio eletrônico da Prefeitura.

Art. 6º - Fica vedada a aglomeração em praças, casas de show, bares e similares, bem como a realização de eventos e festas abertas ao público.

§ 1º - Fica vedada a aglomeração em todos os ambientes privados, devendo ser observada a distância mínima interpessoal de 1,5m (um metro e meio) e as medidas de proteção individual.

§ 2º. Fica expressamente proibido o uso de aparelhos sonoros ou carros com som automotivos em qualquer local, em especial na Orla do Município, afim de se evitar aglomeração.

Art. 7º - O horário máximo de funcionamento do comércio em geral de Almeirim, não poderá ultrapassar às 21h00 (vinte e uma horas), exceto as farmácias e comércios de alimentos que passarão a atender por entrega (*delivery*) ou por retirada (*take away*).



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIM
GABINETE DA PREFEITA

Parágrafo Único. O serviço de fornecimento de combustíveis poderá funcionar 24h (vinte e quatro horas) por dia, exceto loja de conveniência que acompanhará o horário do comércio em geral.

Art. 8º - Ficam suspensos o embarque e desembarque no Município de Almeirim (PA), pelo prazo de 15 (quinze) dias, a partir do dia 05/03/2021, como medida de prevenção aos riscos de contágio no enfrentamento da pandemia do coronavírus (COVID-19), exceto mediante AUTORIZAÇÃO da Comissão de Enfrentamento da COVID-19.

Parágrafo Único - Não se incluem na suspensão prevista no *caput* deste artigo embarque e desembarque de cargas, desde que observadas as medidas preventivas com a finalidade de evitar a aglomeração de pessoas.

DA ZONA DE ALERTA MÁXIMO - BANDEIRA VERMELHA

Art. 9º - O Município de Almeirim que integra a ZONA 1 (BANDEIRA VERMELHA), deverá resguardar o exercício e o funcionamento das atividades públicas e privadas essenciais, vedada sua interrupção, respeitadas as regras de proteção sanitária e distanciamento das pessoas envolvidas.

I - Ficam proibidos reuniões, manifestações, passeatas, carreatas, de caráter público ou privado e de qualquer natureza.

II - Ficam suspensas as visitas aos pacientes internados nos Hospitais Municipais, enquanto perdurar a classificação do bandeiramento vermelho, sendo permitida a troca de acompanhantes nos horários disponibilizados pelos respectivos estabelecimentos de saúde.

III - Fica permitida a realização de cultos, missas e eventos religiosos presenciais com público de no máximo 10 (dez) pessoas, respeitada a distância mínima de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas, com uso de máscara obrigatório para os participantes, além da prática de alternativas de higienização (água e sabão e/ou álcool em gel 70%).

IV - Fica permitido, em regime de exceção, o transporte rodoviário de passageiros intramunicipal de acordo com a Portaria n. 001/2021-CEC19/PMA, aplicando-se subsidiariamente o Anexo III do Decreto Estadual nº. 800/2020, enquanto perdurar o bandeiramento vermelho;

V - Fica permitida, em regime de exceção, a abertura de academias de ginástica de acordo com a Portaria n. 002/2021-CEC19/PMA, aplicando-se subsidiariamente o Anexo III do Decreto Estadual nº. 800/2020, mantendo-se proibidos os treinamentos, competições, campeonatos e similares de times de futebol amador e de todas as modalidades esportivas com mais de 02 (duas) pessoas, enquanto perdurar o bandeiramento vermelho;

VI - Fica proibida a concessão de férias e de licença-prêmio aos servidores que atuam na área de saúde, bem como dos demais serviços considerados essenciais.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIM
GABINETE DA PREFEITA

§ 1º - O gozo de férias ou, excepcionalmente, de licença prêmio dos servidores, poderá ser interrompido, a qualquer tempo, em virtude de necessidade e interesse público, devidamente fundamentado, durante o prazo de vigência deste decreto.

§ 2º - Eventuais exceções ao disposto neste artigo deverão ser avaliadas pelos titulares das pastas, cientificando-se o Gabinete da Prefeitura.

Art. 10 - À todas as pessoas do município de Almeirim, no âmbito de sua circunscrição, é obrigatório o uso contínuo de máscara de proteção com a devida cobertura sobre a nariz e a boca, podendo ser confeccionada em tecido ou material similar, em conformidade com as recomendações das autoridades sanitárias.

Parágrafo Único. O não uso ou o uso incorreto da máscara implica em CRIME CONTRA A SAÚDE PÚBLICA que consiste em "*infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa*", com pena de "*detenção de 01 (um) mês a 01 (um) ano e multa*", nos termos do art. 268 do Código Penal.

Art. 11 - Os estabelecimentos comerciais e de serviços das atividades essenciais enumeradas no Anexo I do presente decreto, devem observar quanto ao seu funcionamento, além do previsto no Protocolo Geral do Decreto Estadual nº. 800/2020, o seguinte:

- I - Controlar a entrada de pessoas, limitado a 1 (um) membro por grupo familiar, que poderá estar acompanhado por criança pequena, respeitando a lotação máxima de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade, inclusive na área de estacionamento;
- II - Seguir as regras de distanciamento, respeitada distância mínima de 1,5m (um metro e meio) de uma pessoa para a outra, com uso obrigatório de máscara;
- III - Fornecer alternativas de higienização (água e sabão e/ou álcool em gel 70%);
- IV - Impedir o acesso ao estabelecimento de pessoas sem máscara;

§ 1º. Fica recomendado que nos estabelecimentos que possuam caixas ou estações de pagamentos, que elas sejam ocupadas de maneira intercalada, a fim de respeitar o distanciamento mínimo.

§ 2º. As feiras de rua deverão respeitar as regras deste artigo, no que for compatível.

DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS

Art. 12 - Os estabelecimentos públicos, privados ou comunitários que possuam licença de funcionamento para atividades educacionais ficam autorizados a retomarem as atividades presenciais, em regime de exceção, observadas as disposições deste decreto.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIM
GABINETE DA PREFEITA

§ 1º - O processo de retomada das atividades educacionais para os estabelecimentos públicos vinculados ao Sistema Municipal de Ensino de Almeirim – SME, inicialmente se dará de forma remota e conforme a garantia de seguridade por parte das autoridades sanitárias do estado e do município será gradativamente substituído pelo atendimento presencial devidamente regulamentado por norma específica a ser editada pela Secretaria Executiva de Educação Municipal.

§ 2º - A retomada para os estabelecimentos privados ou comunitários não vinculados ao SME de Almeirim deverá atender as seguintes determinações:

- a) Cumprir dos protocolos estabelecidos pela SESPA no tocante as normas técnicas de segurança em saúde para evitar a transmissão da COVID-19;
- b) Cumprir o que determina o Guia de Implantação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica publicado pelo Ministério da Educação (MEC);
- c) Garantir aos profissionais uso permanentes de equipamentos de proteção individuais (EPI) durante o tempo que estiverem nas dependências do estabelecimento;
- d) Limitar, inicialmente, o atendimento para alunos em sala de aula no máximo de 25% (vinte e cinco por cento) da capacidade de cada turma, percentual esse que deverá ser readequado de acordo com a Administração Pública.

Art. 13 - Os profissionais lotados nos estabelecimentos do SME, integrantes dos seguintes grupos ocupacionais: apoio técnico especializado, administrativo educacional e apoio administrativo educacional, retornarão as atividades presenciais a partir da data de publicação deste decreto, seguindo as orientações da SEDUC.

§ 1º - O retorno determinado no *caput* desta artigo não se aplica aos servidores do grupo de risco: pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, grávidas e portadores de doenças que apresentem laudo médico que os qualifique como integrantes do grupo de risco da COVID-19.

Art. 3º - O retorno dos profissionais integrantes do grupo ocupacional dos profissionais do magistério, se dará conforme norma específica a ser editada pela SEDUC, prevista no § 1º do Art. 13 deste decreto.

Art. 14 - O retorno às aulas presenciais estabelecidas neste decreto será facultativo, a critério dos pais ou responsáveis dos alunos, sem prejuízo aos optantes pelo não retorno, devendo os estabelecimentos de ensino proverem meios de atendimento aos optantes pelo não retorno presencial.

Art. 15 - Fica vedada a realização de quaisquer atividades que possam gerar aglomeração, mesmo que sejam de cunho pedagógico.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIM
GABINETE DA PREFEITA

DOS PROCEDIMENTOS FÚNEBRES

Art. 16 - Será obrigatório a observância dos protocolos de segurança sanitária exigida em conformidade com a Nota Técnica nº. 03/DCIH/DVS/SESPA;

I - Manter a urna funerária fechada durante todo o traslado, que deverá ser feito por veículo aberto ou ventilado evitando qualquer contato (toque/beijo) com a urna do falecido (a).

II - Não será permitida a presença e aproximação de pessoas da família e outros, próximo a urna, a fim de evitar aglomeração e exposição ao vírus.

III - O sepultamento será de imediato, com passagem direto para o cemitério municipal cumprindo todos os protocolos e medidas de segurança sanitária.

Parágrafo Único. O sepultamento será permitido com a presença não superior a 10 (dez) pessoas da família, respeitando a distância mínima de 1,5m (um metro e meio) entre os presentes, com a utilização de máscara como medida de prevenção.

DO TOQUE DE RECOLHER

Art. 17 - Fica determinado o toque de recolher de segunda-feira a domingo, das 22h00 (vinte e duas horas) às 05h00 (cinco horas) do dia seguinte, enquanto perdurar a classificação do banderamento vermelho, para confinamento domiciliar obrigatório em todo território do município, ficando terminantemente proibida a circulação de pessoas nesse horário, exceto:

I - Quando houver necessidade de locomoção à farmácia ou atendimento de saúde de urgência;

II - Para prestadores de serviços na área de saúde, segurança, assistência social, serviço de entrega (*delivery*) permitidos neste decreto, táxi, mototáxi, transporte de cargas e alimentos perecíveis, trabalhadores que estejam em turno de serviço, transporte de funcionários de empresas privadas que estejam trabalhando no período noturno, desde que comprovada a necessidade e urgência no deslocamento e, portanto, identificação funcional;

§1º A locomoção no horário em que vigorar o toque de recolher, quando extremamente necessária, deverá ser realizada pelo munícipe, presencialmente de maneira individual, se necessário com apenas 01 (um) acompanhante;

§2º Poderá ocorrer apreensão de veículos e condução forçada de pessoas pelas autoridades competentes, em decorrência do descumprimento do disposto do *caput* desde artigo.

6



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIM
GABINETE DA PREFEITA

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 18 - Fica determinado aos agentes da Vigilância Sanitária, fiscais da Vigilância Epidemiológicas, fiscais de Meio Ambiente, Conselho Tutelar, Policia Civil, Policia Militar e Guarda Municipal e membros da CEC-19, a fiscalização e realização de rondas no município para garantir a dispersão, evitar aglomeração de pessoas e garantir o cumprimento das recomendações e determinações do órgão licenciador, autorizador e/ou concedente, independente da responsabilidade civil e criminal quanto às medidas de combate ao coronavírus, seja dentro de estabelecimento ou em via pública:

I - Advertência;

II - Multa diária de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para pessoa jurídica, a ser duplicada por cada reincidência;

III - Embargo ou interdição de estabelecimento.

Art. 19 - O descumprimento das normas previstas neste decreto, bem como dos protocolos fixados pelas autoridades municipais, estaduais e federais, acarretará nas penalidades previstas nas legislações correlatas, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais.

Parágrafo Único – O descumprimento dos termos deste decreto constitui CRIME CONTRA SAÚDE PÚBLICA.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Este decreto terá a validade de 15 (quize) dias, a partir do dia 05/03/2021, podendo ser revisto a qualquer tempo, de acordo com a evolução epidemiológica da COVID-19 e podendo ser prorrogado a critério da Administração Pública, revogadas as disposições em contrário.

Art. 21 - Este decreto entra em vigor na data da sua assinatura e publicação;

Art. 22 - Registre-se, Publique-se, Dê-se ciência e Cumpra-se.

Almeirim (PA), 05 de março de 2021.

MARIA LUCIDALVA BEZERRA DE CARVALHO
Prefeita Municipal de Almeirim

Maria Lucidalva Carvalho

CPF: 339.008.332-49

Prefeita



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIM
GABINETE DA PREFEITA

ANEXO I

LISTA DE ATIVIDADES ESSENCIAIS

1. assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;
2. assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;
3. atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;
4. atividades de defesa nacional e de defesa civil;
5. trânsito e transporte internacional de passageiros;
6. telecomunicações e internet; serviço de call center;
7. captação, tratamento e distribuição de água
8. captação e tratamento de esgoto e lixo;
9. geração, transmissão, distribuição e manutenção de energia elétrica e de gás, incluindo o fornecimento de suprimentos e os serviços correlatos necessários ao funcionamento dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia, bem como as respectivas obras de engenharia relacionadas a essas atividades;
10. iluminação pública;
11. produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;
12. serviços funerários;
13. guarda, uso e controle de substâncias, materiais e equipamentos com elementos tóxicos, inflamáveis, radioativos ou de alto risco, definidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, em atendimento aos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios
14. vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;
15. prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doença dos animais;
16. inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;
17. vigilância agropecuária internacional;
18. controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;
19. compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;
20. serviços de pagamento, de crédito e de saque e aporte prestados pelas instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil;
21. serviços postais;
22. transporte e entrega de cargas em geral;
23. serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral;
24. serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center) para suporte de outras atividades previstas neste Anexo;
25. fiscalização tributária e aduaneira;
26. fiscalização tributária e aduaneira federal;
27. transporte de numerário;
28. produção e distribuição de numerário à população e manutenção da infraestrutura tecnológica do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro;
29. fiscalização ambiental;
30. produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;
31. monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;
32. levantamento e análise de dados geológicos com vistas à garantia da segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais e de cheias e inundações;
33. mercado de capitais e seguros;
34. cuidados com animais em cativeiro, bem como, cuidados veterinários e fornecimento de alimentação para animais domésticos;
35. atividade de assessoramento em resposta às demandas que continuem em andamento e às urgentes, inclusive serviços de contabilidade;
36. atividades médico-periciais inadiáveis;
37. fiscalização do trabalho;
38. atividades de pesquisa, científicas, laboratoriais ou similares relacionadas com a pandemia da COVID-19;
39. atividades de representação judicial e extrajudicial, assessoria e consultoria jurídicas exercidas pelas advocacias públicas e privadas, relacionadas à prestação regular e tempestiva dos serviços públicos, bem como nas demais questões urgentes, e os serviços de cartórios extrajudiciais em regime de plantão;
40. unidades lotéricas, somente quanto às atividades relativas às demais listadas neste Anexo;
41. serviços de comercialização, reparo e manutenção de partes e peças novas e usadas e de pneumáticos novos e remoldados, somente quanto às atividades relativas às demais listadas neste Anexo;
42. serviços de radiodifusão de sons e imagens e da imprensa em geral;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIM
GABINETE DA PREFEITA

43. atividades de desenvolvimento de produtos e serviços, incluídas aquelas realizadas por meio de start-ups, somente quanto às atividades relativas às demais listadas neste Anexo;
44. atividades de comércio de bens e serviços, incluídas aquelas de alimentação, repouso, limpeza, higiene, comercialização, manutenção e assistência técnica automotivas, de conveniência e congêneres, destinadas a assegurar o transporte e as atividades logísticas de todos os tipos de carga em rodovias e estradas;
45. atividades de processamento do benefício do seguro-desemprego e de outros benefícios relacionados, por meio de atendimento presencial ou eletrônico, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde e dos órgãos responsáveis pela segurança e pela saúde do trabalho;
46. atividade de locação de veículos, somente quanto às atividades relativas às demais listadas neste Anexo.
47. atividades de produção, distribuição, comercialização, manutenção, reposição, assistência técnica, monitoramento e inspeção de equipamentos de infraestrutura, instalações, máquinas e equipamentos em geral, incluídos elevadores, escadas rolantes e equipamentos de refrigeração e climatização, somente para serviços consideráveis inadiáveis;
48. atividades de produção, exportação, importação e transporte de insumos e produtos químicos, petroquímicos, plásticos em geral e embalagens de fibras naturais;
49. atividades cujo processo produtivo não possa ser interrompido sob pena de dano irreparável das instalações e dos equipamentos, tais como o processo siderúrgico e as cadeias de produção do alumínio, da cerâmica e do vidro
50. atividades de lavra, beneficiamento, produção, comercialização, escoamento e suprimento de bens minerais;
51. atividades de atendimento ao público em agências bancárias, cooperativas de crédito ou estabelecimentos congêneres, referentes aos programas governamentais ou privados destinados a mitigar as consequências econômicas da emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 2020;
52. produção, transporte e distribuição de gás natural;
53. indústrias químicas e petroquímicas de matérias-primas ou produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;
54. Obras de engenharia nas áreas de serviços e atividades essenciais, urgentes e infraestrutura;
55. Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais;
56. Comercialização de materiais de construção;
57. Atividades do Poder público municipal, estadual e federal;
58. Serviços domésticos, prestados a empregador que atue em atividade/ serviço essencial, na forma do Decreto, desde que destinado ao cuidado de criança, idoso, pessoa enferma ou incapaz, ou quando o empregador for idoso, pessoa enferma ou incapaz, devendo tal circunstância constar em declaração a ser emitida pelo contratante, acompanhada da CTPS quando for o caso;
59. Produção, distribuição, comercialização e entrega de produção de alimentos agropecuário, agroindustrial, agropastoril e as atividades correlatas necessárias ao seu regular funcionamento;
60. Funcionamento de Aeroportos e dos serviços inerentes ao transporte de passageiros, cargas e malas postais;
61. Serviço de transporte de passageiros, público ou privado, para auxiliar no atendimento das atividades/serviços essenciais;
62. Serviços de hospedagem, com consumo de refeições pelos hóspedes exclusivamente nos quartos;
63. Serviços de lavandaria para atender atividades/serviços essenciais;
64. Produção, distribuição, comercialização e entrega de produção de madeira e produtos florestais; e
65. Transporte coletivo interestadual e intermunicipal de passageiros, terrestre, marítimo e fluvial.